

26 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Eleições no TJ

Aumentar de 25 para 120 o número de desembargadores que podem concorrer à presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. É o que sugere uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) desengavetada ontem por Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa. A proposta surgiu em abril do ano passado, mas foi posta de lado por ser um ano eleitoral no TJ. Concluído o pleito, Rossoni resolveu "acelerar" a medida. O próximo passo é compor uma comissão especial, que terá 30 dias para dar parecer sobre a matéria.

Democratização

O tema em si não é polêmico, pois é essa a posição defendida pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e pelo atual presidente do TJ, Clayton Camargo. Durante a sua cerimônia de posse, no início do ano, Camargo foi inclusive mais ousado na sua proposta de "democratização" do processo eleitoral no tribunal. Ele sugeriu que passassem à condição de votantes todos os 800 magistrados, de primeiro e segundo grau, ao invés de manter a escolha da cúpula diretiva fechada aos desembargadores. A fala foi recebida com silêncio pelos membros do Órgão Especial e com aplausos pelos juízes que estavam na plateia, revelando o desconforto entre os colegas de Judiciário.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

26 FEV 2013

Ordenamento em questão

É evidente que a defesa não apenas do Hospital Evangélico de Curitiba como também da Medicina como instituição precisa e deve ser exposta com veemência igual aos das revelações até aqui feitas. Há um clima psicossocial de linchamento com o fato de preponderar o peso da acusação e das supostas provas colhidas ao longo do tempo em gravações autorizadas pela Justiça na circunstância de o processo ser sigiloso, o que não impede o vazamento de informações que sustentam as dimensões tenebrosas dos relatos.

Uma UTI, por mais bem gerida, é ambiente que pode ser tudo, menos agradável, pela rigidez de suas normas: se o setor é vítima de uma acomodação funcional com um tipo de servidor dominante tudo pode sair de controle e o ambiente ficar dominado pelo autoritarismo e pela manipulação.

Mas pretender, a essa altura dos acontecimentos, bloqueio nas averiguações e informações como pretende o Hospital Evangélico, só vai aumentar a margem de desconfiança em relação a um instituição tão deteriorada por várias disputas, das de ordem salarial que determinam volta e meia o seu fechamento em greves como outras que passam a ser reveladas no andamento das investigações.

Na contramão

O advogado da médica presa, Elias Mattar Assad, ao contrário do Hospital, não queria o bloqueio, mas sim o amplo conhecimento do que a polícia apurou.

CLÁUDIO HUMBERTO

Mensaleiros querem

prazo maior para recurso

Os réus condenados no processo do mensalão devem pedir prazo maior ao Supremo Tribunal Federal para apresentarem recursos, após a publicação do acórdão da sentença que os condenou inclusive à prisão. O advogado Alberto Toron, que defende o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), considera "sub-humano" o prazo de apenas cinco dias para exame de duas mil páginas e apresentação de embargos.

Muito trabalho

O defensor de João Paulo Cunha terá muito trabalho: ele foi condenado a 9 anos e 4 meses de prisão por corrupção passiva e peculato.

Antecipação

Condenado a 10 anos e 10 meses de prisão, o ex-ministro José Dirceu quer ganhar tempo conhecendo o acórdão antes de sua publicação.

Dosimetria

Na fase de exame dos embargos, os ministros do STF podem revisar e até reduzir a dosimetria das sentenças. Ou reafirmá-las integralmente.

26 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz cassa mandato de Alcides Ramos

Lorlane Comeli

Reportagem Local

Preso cautelarmente por supostamente ter praticado crimes de formação de quadrilha e peculato, o vereador de Apucarana (Norte) Alcides Ramos Júnior (DEM) teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral, sob a acusação de abuso do poder econômico e compra de votos. Em sentença proferida ontem, o juiz da 28ª Zona Eleitoral, José Roberto Silvério, também aplicou multa de R\$ 21,2 mil e declarou a inelegibilidade de Ramos até 2020. Porém, o magistrado ressalva que sua decisão não tem efeito imediato: as sanções somente serão aplicadas após decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou do Tribunal Superior Eleitoral.

Ramos foi acusado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) de comprar votos por meio de medidas assistencialistas, como pagamento de exames, cirurgias, cestas básicas, oferecimento de churrascos, e também utilizando-se da estrutura da Câmara Municipal. À época, Ramos Júnior era o presidente

do Legislativo. Uma das testemunhas do processo confirma que particulares lavavam seus veículos e quem pagava era a Câmara. Também consta do processo que eleitores eram transportados para consultas médicas em veículos oficiais do Legislativo.

Para o juiz, "evidentemente que tais abusos não só trouxeram desigualdade aos demais vereadores também candidatos à reeleição, mas principalmente a todos aqueles que concorreram ao pleito de vereador em 2012, e não tinham as mínimas condições de concorrer com candidato com tamanha estrutura eleitoral".

Além dos depoimentos de testemunhas, a condenação se baseia no conteúdo de escutas telefônicas feitas pelo MP quando investigava o ex-presidente da Câmara criminalmente.

O advogado de Ramos Júnior, Guilherme Gonçalves, disse acreditar que o TRE irá reverter a sentença. "Se esta leitura de que assistencialismo é motivo para cassar mandato, não sobra um vereador no Brasil. Acredito que vamos conseguir a reforma da decisão."

26 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ex-vereador é condenado por compra de voto

**Pena de
mais de 2 anos
de reclusão
é substituída
por multa
e prestação
de serviços à
comunidade;
cabe recurso**

Edson Ferreira
Reportagem Local

A Justiça Eleitoral de Londrina condenou o ex-vereador Joel Garcia (sem partido) por compra de votos nas eleições de 2008. O crime teria ocorrido no distrito de São Luiz, região Sul. Na sentença proferida pela juíza da 146ª Zona Eleitoral, Zilda Romero, Garcia é condenado a pena de 2 anos e um mês de reclusão, mais dez dias-multa. No entanto, a juíza autoriza a substituição por duas restritivas de direito, como o pagamento de 26 salários mínimos ao Instituto de Câncer de Londrina (ICL) e a prestação de serviços à comunidade

pelo prazo da pena.

A acusação contra o ex-parlamentar, apresentada pelo Ministério Público (MP) do Paraná em 2010, também havia resultado em condenação, mas o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) acatou recurso da defesa e considerou a denúncia inepta por ausência dos eleitores que, supostamente, venderam os seus votos. Em nova denúncia, foram apresentados à Justiça os 26 nomes que teriam envolvimento com o crime eleitoral. Mas os demais réus, por não terem antecedentes criminais, fizeram acordo com o MP para a suspensão condicional do processo. No ano passado, a defesa alegou a suspeição da juíza, que já havia condenado Garcia, mas o pedido foi negado pelo TRE.

Joel Garcia negou o crime. "Não tem provas nos autos contra mim." Segundo Garcia, "ao serem interrogadas, as testemunhas disseram que me conheciam, mas que nunca tiveram contato comigo". Na sentença, a juíza escreve que Garcia "agiu como mandante, na medida em que prestou auxílio material, dando o dinheiro para a compra". O ex-parlamentar confirmou que vai recorrer.

26 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP investiga certificados na Câmara

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná está investigando denúncia sobre supostas irregularidades nos incrementos salariais dos servidores concursados da Câmara de Vereadores de Londrina. Conforme a FOLHA mostrou ontem, está em vigor na Casa uma resolução aprovada em 2004 que permite aos funcionários concursados acréscimos aos seus rendimentos mediante a apresentação de certificados de cursos mesmo "não-correlatos" com a atividade parlamentar.

No final do ano passado, o ex-vereador Joel Garcia (sem partido) levou ao MP a denúncia de que estariam havendo concessões do benefício "em excesso" na Câmara, com "aumentos de até 200% nos vencimentos" dos efetivos. Questionada pela promotora de Defesa do Patrimônio Público, Leila Voltarelli, a Câmara de Vereadores, em documento assinado pelo presidente Rony Alves (PTB) e encaminhado neste mês, descarta irregularidades nos pagamentos. "Ele (Joel) se baseia naquilo que ele imagina que deva ser e não naquilo que está

disposto nas normas", diz trecho do documento. Mas, em entrevista à FOLHA, publicada ontem, o próprio Rony Alves questiona a existência do benefício.

Na resposta ao MP, o Legislativo defende a atuação da Comissão Permanente de Gestão de Pessoas, responsável pela avaliação dos pedidos de progressão por conhecimento. Conforme o documento, à comissão cabe "sugerir à direção e à presidência da Casa que defira ou indefira o pedido feito pelo servidor". Embora não faça o detalhamento dos casos, a Câmara diz ainda que muitas das solicitações de progressão são indeferidas e que a minoria dos servidores apresenta certificados de cursos "não-correlatos" para ganhar o adicional.

Por outro lado, no próprio material levado ao MP pela Câmara, há um relatório elaborado em 2011 por servidores apontando que a extinção de progressões por cursos "não acadêmicos" reduziria "substancialmente" as progressões em geral ocorridas na Casa. A promotora informou que vai avaliar o material encaminhado pelo Legislativo para se pronunciar.

26 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Evangélico quer afastamento de delegada

Rubens Chuelre Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (SEB), mantenedora do Hospital Evangélico, deve entrar com representação contra a delegada do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, junto a Vara de Inquéritos Policiais. A entidade quer ainda que a policial seja afastada do caso. A direção do Evangélico informou ainda que a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral está fechada desde sábado.

A interdição do setor foi feita após a Secretaria Municipal de Saúde solicitar o afastamento de 34 enfermeiros e 13 médicos. A determinação ocorreu na última quinta-feira, dois dias depois da prisão da médica Virgínia Soares de Souza, suspeita de ter cometido homicídio qualificado na UTI Geral.

"Percebemos que haveria constrangimento dos profissionais envolvidos na onda de denúncias. A secretaria fez a solicitação e atendemos, sendo que alguns profissionais foram realocados, outros tinham férias a cumprir. Agora vamos contratar uma equipe multiprofissional e devemos reativar a UTI Geral nos próximos dias", disse

o diretor técnico do Hospital Evangélico, Luiz Felipe Mendes. "Até sábado, fomos dando alta para alguns pacientes que estavam na UTI geral; outros foram removidos para outra UTI, ocorreram óbitos, como de habitual. No momento o local está fechado", completou.

A instituição possui quatro UTIs, sendo a Geral, a Coronariana, Neonatal e Cirúrgica, totalizando 62 leitos, sendo 50 do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quinta prisão

Na tarde de ontem, a enfermeira que estava foragida desde sábado se entregou na sede do Nucrisa. Ela fazia parte da equipe que trabalhava com a médica Virgínia, e não teve o nome divulgado.

26 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Quase 60% das crianças trabalhadoras estão no campo

Brasília – Quase 60% das crianças envolvidas em trabalho infantil estão na agricultura, um dos setores considerados mais perigosos. Além disso, há meninos e meninas a partir dos 5 anos trabalhando na atividade pastoril. Os dados fazem parte de relatório divulgado ontem pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Intitulado Trabalho Infantil na Pecuária, o documento conclui que pouco se sabe sobre o envolvimento das crianças nessa atividade, em que a participação dos menores é comum cultural e tradicionalmente.

Embora reconheça que a participação na agricultura pode ser um fator normal do crescimento, desde que em tarefas adequadas à idade, que não tenham riscos para a saúde e que não interfiram no tempo necessário para estudar e brincar, a FAO ressalta que muito do trabalho das crianças na pecuária pode ser classificado como trabalho infantil.

“É provável que seja perigoso, que interfira na educação da criança e que seja prejudicial à saúde e ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social”, diz o texto.

O relatório cita “uma série de estudos de caso” focados em países específicos que

mostram que o trabalho infantil na atividade pastoril – a mais comum entre as atividades infantis na agricultura – “pode começar muito cedo, entre os 5 e os 7 anos”.

A FAO manifesta uma “particular preocupação com o fato de algumas crianças serem traficadas dentro do país ou para outro país em atividades (forçadas) de pastoreio”.

As condições de trabalho das crianças que pastoreiam o gado variam bastante, destaca o relatório. Segundo o texto, algumas delas podem fazê-lo algumas horas por semana sem deixar de frequentar a escola, mas outras passam dias seguidos naquela atividade, às vezes longe de casa, e sem qualquer possibilidade de escolaridade.

“Em muitas situações, a natureza do trabalho das crianças na pecuária dificulta a frequência da escola formal e os riscos e as condições envolvidos tornam-no a pior forma de trabalho infantil”, ressalta.

O relatório cita os riscos de doenças relacionadas com animais, problemas de saúde devido aos longos horários de trabalho em condições extremas, ou ao uso de químicos, além dos fatores psicológicos associados ao medo dos castigos dos empregadores e ao sentimento de responsabilidade com o capital familiar.

“A redução do trabalho infantil na agricultura não é apenas uma questão de direitos

humanos, já que também contribui para promover a verdadeira sustentabilidade do desenvolvimento rural e da segurança alimentar”, disse o diretor-geral adjunto do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social da FAO, Jomo Sundaram.

Para ele, “a crescente importância da pecuária na agricultura significa que os esforços para reduzir o trabalho infantil devem concentrar-se sobretudo nos fatores que conduzem a trabalhos prejudiciais ou perigosos para as crianças e, ao mesmo tempo, devem respeitar e proteger os meios de subsistência das famílias rurais pobres”, destacou Sundaram.

Um dos setores agrícolas de maior crescimento, a pecuária representa 40% da economia agrícola e é uma fonte de rendimentos e de segurança alimentar para 70% dos 880 milhões de pobres no mundo rural que vivem com menos de um dólar por dia, ressalta a FAO.

No relatório, a organização solicita mais estudos sobre o assunto e recomenda aos governos que apertem a malha legal. A FAO também pede às associações de produtores, de patrões e de trabalhadores empenho na sensibilização das populações e cobra das empresas e multinacionais a garantia de que não há crianças envolvidas em trabalho infantil nas suas cadeias de abastecimento.

26 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Capturada ladra de armas do Fórum

Janaina Monteiro

Uma mulher condenada por furtar mais de 100 armas do Fórum de Piraquara, em 2005, foi presa por policiais da delegacia de Colombo. Paola Tobias, 30 anos, estava foragida e foi recapturada em casa, em São José dos Pinhais, quinta-feira, em cumprimento em mandado de prisão. A delegacia investiga o envolvimento dela no roubo de armas do Fórum de Colombo, ocorrido em novembro do ano passado.

Paola seria removida para o sistema penitenciário para cumprir pena de 8 anos, 1 mês e 20 dias pelo furto das armas. Ao todo, nove pessoas foram detidas na época por participação no crime.

Testemunha

Segundo o delegado Erineu Portes, Paola era procurada por ter sido testemunha de dois homicídios ocorridos em Colombo, no ano passado, e era monitorada há aproximadamente um mês. O delegado, porém, preferiu não citar quais crimes Paola testemunhou para preservar a integridade física dela.

Portes ainda lembrou que Paola estava foragida, quando 291 armas foram roubadas do Fórum. Por isso, ele não descarta que ela tenha participação nesse crime.



Paola: suspeita de outro furto.

26 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

UTI | Denúncias sobre antecipação de mortes de pacientes afeta funcionamento e diretor técnico reclama da condução das investigações

Hospital pede sigilo

Magaléa Mazziotti e
Miguel Angelo Manasses

Na contramão da defesa da médica Virgínia Soares de Souza, a Sociedade Evangélica Beneficente (SEB) de Curitiba, mantenedora do Hospital Evangélico, entrou ontem com representação na Vara de Inquéritos Policiais e no Ministério Público do Paraná para garantir o sigilo do inquérito policial. A médica é investigada por antecipar a morte de pacientes na UTI do hospital.

Em entrevista coletiva, a SEB deixou clara que a medida visa garantir que autoridades policiais não se pronunciem sobre o inquérito. A SEB também solicitou à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná o afastamento da delegada titular do Núcleo de Repressão a Crimes contra a Saúde (Nucrisa), Patrícia Brisola, pela forma como conduziu a investigação.

Constrangimento

Segundo o diretor técnico do Evangélico, Luiz Felipe Natel K. Mendes, as denúncias estão afec-



Mendes: salvaguarda.

tando o funcionamento do hospital. "É constrangedora a maneira como este caso está sendo conduzido pelas autoridades policiais e pela mídia. Temos uma comissão de ética médica e um diretor clínico e não há registro dessas comissões sobre a médica Virgínia Soares de Souza e a atuação profissional dela". O diretor reclamou que os policiais levaram os originais de seis pron-

tuários médicos (cinco paciente estão mortos e um vivo) e não os devolveram, o que, segundo o diretor, é uma atitude arbitrária.

Mesmo favorável à quebra do sigilo do inquérito, o advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, disse concordar com a postura do hospital. "Ambiente de UTI é inviolável. Aquilo não é campo de concentração, por isso é legítimo o hospital tentar se resguardar", disse. Quanto às informações divulgadas por ele, Assad disse que o sigilo foi quebrado pela delegada desde a prisão de Virgínia, na terça-feira da semana passada.

OAB

A Comissão de Defesa das Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Paraná (OAB-PR), ontem, deu encaminhamento ao pedido do pelo advogado Elias Mattar Assad, que denunciou a delegada Patrícia por ter indeferido o acesso da defesa ao processo. "A atitude da delegada pode ser enquadrada até mesmo em crime de abuso de autoridade", disse o presidente da comissão, Edward Carvalho.

Enfermeira se apresenta

Na tarde de ontem, a enfermeira Laís da Rosa Groff foi presa. Ela se apresentou na Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde em Curitiba (Nucrisa). Com o rosto coberto por um agasalho, ela não falou com a imprensa.

Com a prisão dela e de três médicos e atendendo à solicitação da Secretaria

Municipal de Saúde, a UTI geral do Hospital Evangélico, que conta com 10 leitos, está desativada desde sábado.

O diretor técnico destacou que os profissionais que trabalham na unidade foram afastados para salvaguardá-los. "Não foi por falha", garantiu. Um nova equipe já está sendo montada para a UTI.

26 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» PARANÁ

Começa a tramitar PEC que muda eleição no TJ

Euclides Lucas Garcia

Foi finalmente publicado em Diário Oficial, na última quinta-feira, o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Paraná que altera a forma de eleição para o comando do Tribunal de Justiça do estado (TJ). Pelo projeto da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, apresentado em abril do ano passado, qualquer um dos 120 desembargadores poderá concorrer à presidência da entidade. Hoje, apenas os 25 integrantes do Órgão Especial do TJ são potenciais candidatos. Com a publicação em Diário Oficial, a PEC começa a tramitar oficialmente.

A medida, que tenta “democratizar” a eleição no órgão, divide opiniões no mundo jurídico. Mas o atual presidente do TJ, Clayton Camargo, em sua posse, no início deste mês, disse ser favorável à ampliação dos potenciais candidatos ao comando do tribunal.

26 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Derrubado sigilo no inquérito que apura mortes em hospital

Justiça quebra sigilo sobre caso do Evangélico

Rafaela Bortolin

A Vara de Execuções Penais derrubou ontem o sigilo judicial no inquérito que apura supostas mortes de pacientes internados na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba. A solicitação foi feita pela delegada Paula Brisola, do Núcleo de Repressão a Crimes contra a Saúde (Nucrisa), na última sexta-feira, juntamente com os pedidos de prisão de mais quatro profissionais do Evangélico. Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Civil, a delegada convocou familiares de vítimas que constam no inquérito para informá-las oficialmente da investigação. Tão logo faça as comunicações, Paula deve conceder uma entrevista coletiva à imprensa.

Queixa

O diretor do Evangélico, Luiz Felipe Mendes, classifica de exagerada a ação que culminou na prisão da médica Virgínia Helena Soares de Souza, detida desde a última terça-feira. "Ficamos assustados com o tamanho da operação e não entendemos todo esse alarde feito pela equipe policial".

Gláucio Antônio Pereira, um dos advogados do hospital, se queixou da divulgação de informações que estariam sob sigilo de Justiça. "Já tomamos providências contra a delegada do Nucrisa [Paula Brisola] e pedimos

que a Secretaria de Estado da Segurança faça uma apuração interna para identificar como essas informações estão vazando."

Segundo Mendes, a diretoria do hospital não sabia das investigações, que estariam sendo realizadas dentro da UTI há cerca de um ano, e nem sequer tinha informações sobre um possível funcionário infiltrado entre a equipe para ajudar na coleta de evidências. "O hospital foi tomado de assalto e ficamos sabendo de toda a investigação pela imprensa."

Mendes garante que o apelo financeiro vinculado às denúncias — a médica Virgínia teria autorizado a morte de pacientes atendidos na UTI pelo SUS para permitir a entrada de pessoas atendidas por convênio particular —, não passa de especulação. "São totalmente descabidas essas acusações. 92% das nossas internações são feitas pelo SUS e nossa taxa de mortalidade está sempre em 7% na UTI, quando o Ministério da Saúde preconiza entre 4% e 10%."

Ao contrário do informado pela polícia, Mendes garantiu que Virgínia tem especialização em Terapia Intensiva, o que a credenciava a trabalhar na UTI do Evangélico.



"Já tomamos providências contra a delegada", diz Gláucio.

Enfermeira se apresenta em silêncio

Uma enfermeira que teve a prisão provisória decretada por suspeita de envolvimento em supostos homicídios ocorridos na UTI Geral do Hospital Evangélico se apresentou ontem ao Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), que investiga o caso. **A profissional (foto)**, que não teve o nome divulgado, chegou à delegacia às 14h45 acompanhada do advogado. Após depor por cerca de duas horas e meia, ela foi levada a um centro de detenção. Outras quatro pessoas estão presas.



26 FEV 2013
GAZETA DO POVO
BESSA



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen (à esq.), recebeu ontem de manhã o título Cidadania ACP na Associação Comercial do Paraná, das mãos do presidente da Casa, Edson José Ramon. À noite, Dalazen, formado pela UFPR, foi homenageado com o título de Cidadão Honorário do Paraná na Assembleia Legislativa.

26 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» MENSALÃO

Dirceu quer ver votos dos ministros do STF antes da publicação

Condenado a quase 11 anos de prisão, o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso aos votos dos ministros no julgamento do mensalão antes da publicação do acórdão — que traz o resultado do julgamento e abre o prazo para a apresentação de recursos por parte dos advogados. A defesa de Dirceu argumenta que a medida se justifica diante da “excepcional dimensão” e a “complexidade do julgamento”, além da exiguidade do prazo para a entrega de recursos.

A defesa sustenta que as particularidades foram reconhecidas pelo próprio relator do caso e presidente do STF, Joaquim Barbosa. O ministro citou o “elevado número de réus, inúmeros fatos a eles imputados e grande volume de provas” para alongar o período de apresentação das alegações finais.

Prazo para recursos

A publicação do acórdão é prevista para 1.º de abril. Após essa divulgação, os advogados dos 25 condenados terão cinco dias para apresentar recursos questionando eventuais contradições e omissões nos votos dos ministros.

Agora, os ministros trabalham na redação final de seus votos, revisando o material. Na semana passada, Barbosa enviou um ofício informando aos demais ministros que já concluiu sua parte para a produção do acórdão. Além de ter revisto seu voto, o ministro finalizou a chamada ementa, que traz o resumo do julgamento. O documento tem seis páginas e traz as principais teses fixadas no processo.

Outros três ministros que participaram do julgamento também já entregaram seus votos: Gilmar Mendes, Carlos Ayres Britto e Cezar Peluso — os dois últimos já aposentados. O ministro Marco Aurélio Mello entregou parte do material.

Dirceu: defesa trerá cinco dias para apresentar recursos.

CASO KISS

Prefeitura de Santa Maria e governo gaúcho serão responsabilizados

A Defensoria Pública vai mover uma ação civil pública contra os donos da boate Kiss e possivelmente contra o município de Santa Maria e o estado do Rio Grande do Sul nos próximos dias. O órgão pedirá indenizações para as famílias das vítimas da tragédia ocorrida no dia 27 de janeiro que matou mais de 230 pessoas. Os empresários responderiam pelo dano direto aos clientes da casa noturna enquanto que o poder público responderia por falhas na emissão de alvarás e fiscalização do local, que também contribuíram para o desastre.

26 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Ministro da AGU terá de explicar arquivamento de sindicância

Comissão de Ética da Presidência decidirá se abre ou não nova investigação sobre possíveis atos irregulares de Luís Inácio Adams

BRASÍLIA
Das agências

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República encaminhou ontem ao corregedor da Advocacia Geral da União (AGU), Ademar Passos Veiga, e ao advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, pedido de informações sobre o arquivamento do relatório final de uma sindicância interna do órgão. A AGU avaliou se o ministro deveria ser responsabilizado por atos desnudados pela Operação Porto Seguro, da Polícia Federal. A conclusão foi arquivar a investigação.

Mas reportagem da *Folha de S.Paulo* do último sábado mostrou que a sindicância havia apontado “evidentes indí-



Adams: Indícios de Irregularidades.

cios” de irregularidades praticadas por Adams. As condutas consideradas suspeitas envolvem aprovação de pareceres e decisões sobre processos em que a AGU tinha participação sem fazer consultas a setores internos do órgão. Entre os atos atribuídos a Adams, ele teria atropelado a Consultoria-Geral da União e aprovado um parecer permitindo supressões de Mata Atlântica na área do porto de Santos. Mesmo assim, Veiga decidiu arquivar o pedido de

investigação.

Segundo o presidente da Comissão de Ética, Américo Lacombe, o pedido é protocolar e caberá aos requisitados dar as explicações que julgarem suficientes. A partir das justificativas, então, a comissão decidirá se pedirá ou não nova investigação sobre os atos de Adams.

“Uma das denúncias é que o corregedor não tinha independência para verificar [se havia irregularidades graves]. Pedimos informações”, disse o presidente da comissão. “Queremos saber se a corregedoria era realmente independente.” Tanto Veiga quanto Adams têm dez dias corridos para enviar à Comissão de Ética explicações sobre o caso.

Presidência

Após a divulgação dos detalhes da sindicância interna, a AGU soltou uma nota negando quaisquer irregularidades. O órgão encaminhou ainda cópia do relatório à Presidência. Cabe a Dilma decidir pela abertura ou não de nova investigação contra Adams. Para isso, precisaria demitir o ministro do cargo que ocupa.

26 FEV 2013

GAZETA DO POVO

ESCLARECIMENTO

A respeito da reportagem "A cada minuto, um crime", publicada no último sábado, a Secretaria da Segurança Pública (Sesp) emitiu nota esclarecendo que o número total de boletins de ocorrências pode ser menor do que o número de crimes apontados no relatório que traz os dados sobre segurança no estado. Assim, a conta feita pela reportagem não significa necessariamente que há uma vítima de crime a cada minuto (o que seria possível calcular apenas com o número total de boletins de ocorrência). A Sesp havia sido procurada, mas preferiu não falar sobre o assunto.

23 FEV 2013

GAZETA DO POVO

A cada minuto, Um crime

No ano passado, foram registrados 538.118 delitos no Paraná; quase metade deles referente a furtos e ameaças

Um crime é cometido no Paraná a cada minuto. O quadro assustador foi constatado no ano passado, quando, somando todos os casos, o estado registrou 538.118 delitos. O crescimento de dois tipos de ocorrências consideradas mais brandas pela polícia foi o que mais chamou a atenção: quase metade do total corresponde a furtos e ameaças. Essas situações nem sempre entram no radar da polícia, já que a prioridade é frear a escalada de assassinatos — a taxa estadual é de 30 homicídios por 100 mil habitantes —, mas também precisam ser combatidas com mais atenção, até porque podem se transformar em crimes graves, como roubos ou homicídios.

A estatística foi divulgada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) em janeiro. Com base nesse banco de dados, a **Gazeta do Povo** montou um relógio para marcar os oito crimes que mais são registrados no estado (veja o infográfico). O furto é o delito que mais faz ví-

timas. O estado registrou um furto a cada três minutos e meio no ano passado. As ameaças estão em segundo lugar, com um registro a cada quatro minutos e meio.

Essa realidade, segundo especialistas, revela uma disposição persistente da população em resolver os conflitos comuns do dia a dia com violência e apresenta a necessidade de montar uma rede de proteção baseada em programas de desenvolvimento de uma cultura da paz, além de um sistema mais eficaz de punição.

De acordo com a coordenadora da Área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, é fundamental que o poder público também ataque os delitos considerados mais leves. “Em São Paulo, um estudo mostrou que boa parte dos homicídios ocorre por motivos banais”, comenta.

Na avaliação de Carolina, os municípios e a iniciativa privada também devem assumir a responsabilidade que lhes cabe. “Eles podem criar câmaras de mediação de conflito, descentralizando o acesso à Justiça sem judicializá-la”, sugere.

Subnotificação

Para o coordenador do curso de pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), delegado federal Algacir Mikaloviski, os crimes contra o patrimônio devem ser combatidos com mais rigor. Segundo ele, há alta taxa da “cifra negra”, a subnotificação, em casos de furto. “Não há resposta da polícia para esse crime e isso gera uma crise de credibilidade. Por isso as pessoas não registram [queixa]”, afirma.

COMPARAÇÃO

O estado de São Paulo registra quatro crimes por minuto. No Paraná, há 5,1 mil delitos por 100 mil habitantes e, em São Paulo, 5,2 mil por 100 mil.

CONTINUA

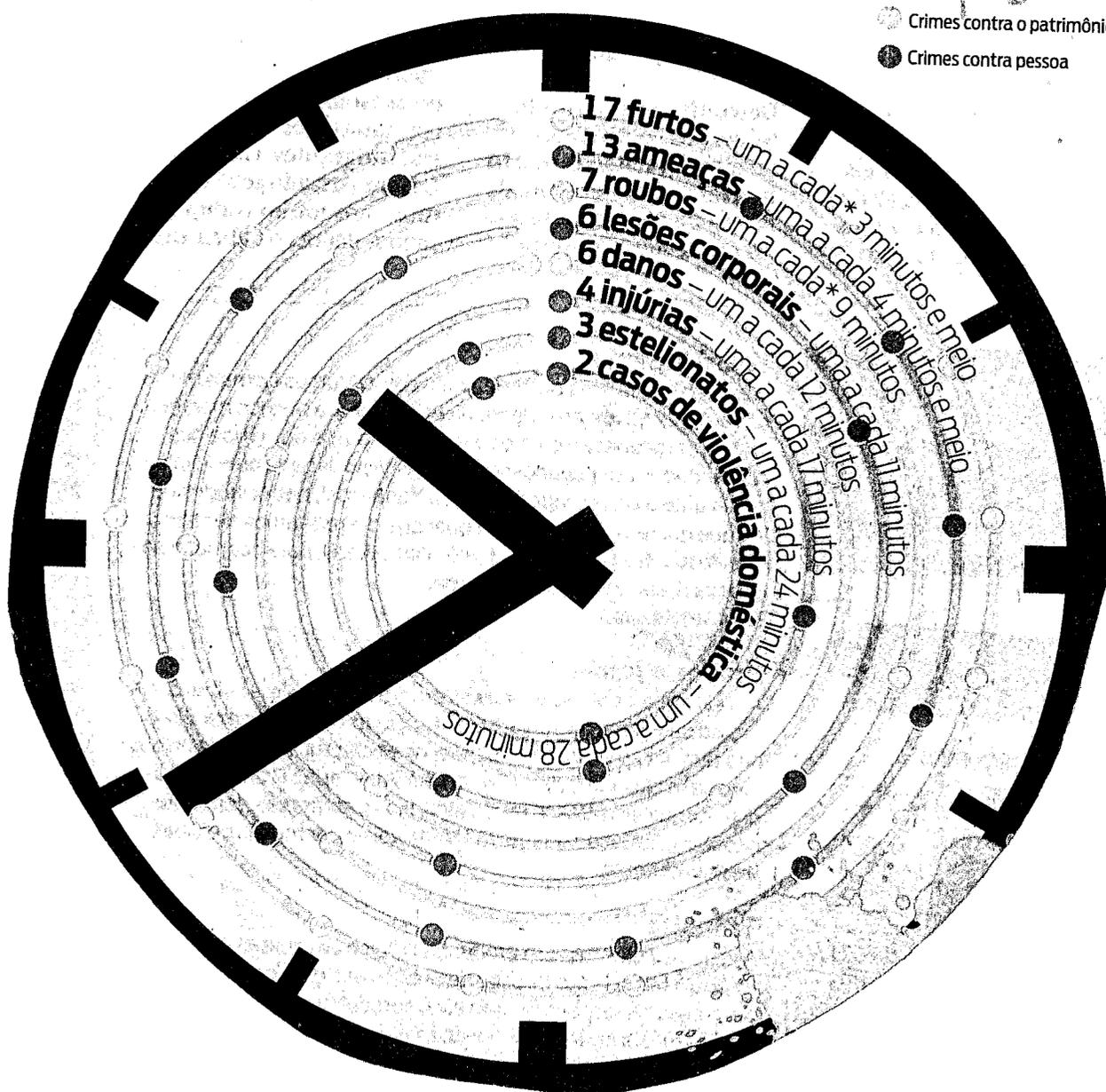
23 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TEMPO DE VIOLÊNCIA

O Paraná registrou um crime por minuto em 2012. Parte das ocorrências é de delitos mais brandos, como ameaças. Mesmo assim, se não houver repressão, elas podem dar origem a casos graves.



CONTINUA

CONTINUAÇÃO



Total de crimes no Paraná

Crimes contra o patrimônio 2011 2012

		(um a cada)
Furto*		3 minutos e meio
Roubo*		9 minutos
Dano		12 minutos
Estelionato		24 minutos
Apropriação indébita		2 horas
Outros		2 horas
Invasão de propriedade		11 horas
Extorsão		19 horas

Crimes contra pessoa

Ameaça		4 minutos e meio
Lesão corporal		11 minutos
Injúria		17 minutos
Violência doméstica		28 minutos
Difamação		48 minutos
Calúnia		71 minutos
Violação de domicílio		80 minutos
Outros		2 horas
Homicídios dolosos		3 horas
Constrangimento ilegal		5 horas
Maus-tratos		6 horas
Lesão corporal culposa		13 horas

*Furtos e roubos de veículos estão incluídos no registro geral.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

COMPLEXIDADE

É preciso formar rede para mudança profunda

Para modificar a cultura violenta arraigada na sociedade deve-se criar uma rede consistente que incentive a mudança. De acordo com o coordenador do Grupo de Estudos da Violência da UFPR, Pedro Bodê, é preciso criar condições que internalizem em cada cidadão padrões de condutas diferentes dos atuais, para prevenir casos como os de ameaças. "Isso passa por programas em escolas, mudan-

ças na mídia, de padrão cultural", destaca.

A coordenadora da Área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, enfatiza que o trabalho de mudança cultural passa também pelo esforço em convencer a população a procurar as iniciativas que são oferecidas. Em casos de mediação de conflitos, por exemplo, ter o serviço não é suficiente: deve-se atuar na conscientização do cidadão sobre a importância desse caminho pacífico

CONTINUA

23 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Instituições se unem para atuar nas Unidades Paraná Seguro

! Há um mês, estado, prefeitura de Curitiba, Ministério Público e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), entre outras entidades, assinaram um acordo de cooperação para atuação dentro das áreas das Unidades Paraná Seguro (UPS), com o objetivo de ajudar no combate à violência no estado. A coordenação dessas ações ficou sob a responsabilidade da secretária estadual da Justiça e Cidadania (Seju), Maria Tereza Uille Gomes.

Segundo ela, as entidades têm realizado reuniões periódicas e já detectaram as principais necessidades nas áreas das UPS: pouca iluminação, muitos terrenos com mato alto, falta de saneamento básico, poucas escolas em tempo integral e falta de opções de trabalho.

Uma reunião na metade do mês de março com o governador Beto Richa e o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, deve definir o cronograma de atuação. Até lá, cada secretaria municipal e estadual fará o que puder para contribuir.

A Secretaria de Estado da Educação já programou atividades em tempo integral para estudantes de escolas próximas às UPS, para dar opções no contraturno aos jovens, evitando que se envolvam com a criminalidade. A Seju programa a implantação de núcleos de cidadania com a defensoria pública para melhorar a oferta de mediação de conflito, além de levar o Procon aos locais.

26 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Delegada pode ser afastada de caso no PR

A suposta quebra do sigilo de Justiça que envolve a prisão da médica Virgínia Soares de Souza, suspeita de matar pacientes na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba, pode afastar a delegada do Núcleo de Repressão de Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, do caso. O advogado do hospital, Gláucio Pereira sustenta que o mandado de prisão contra a médica deveria ter sido cumprido no endereço residencial. E disse que houve “espetacularização da polícia e da mídia, o que tornou o caso público”.

O advogado de defesa de Virgínia, Elias Mattar Assad, entregou pedido de assistência ao presidente da Comissão de Defesa de Prerrogativa da OAB-PR. Segundo ele, a polícia tem descumprido ordem judicial ao não entregar toda documentação relativa ao processo. O presidente da comissão, Edward Carvalho, disse que houve abuso de autoridade. Por isso, a delegada pode ser levada à Corregedoria da Polícia Civil. Mas a assessoria da polícia negou que houvesse algum tipo de desrespeito judicial no desenrolar do processo.

Ontem, uma enfermeira que trabalhava com Virgínia foi presa após se apresentar. Com isso, sobe para cinco o número de detidos desde o dia 19.

O Ministério da Saúde designou um auditor do Denasus para acompanhar e contribuir com as investigações. “Esse é um caso de polícia, não de saúde”, afirmou o ministro Alexandre Padilha. Ele afirma que o auditor foi colocado à disposição assim que as denúncias vieram à tona, na semana passada. “O auditor vai contribuir na investigação tanto com o Ministério Público quanto no próprio hospital”, disse. /

JULIO CESAR LIMA, ESPECIAL PARA O ESTADO. COLABOROU LÍGIA FORMENTI

26 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Deputado reage e quer divulgar processos contra promotores

Representação de Campos Machado (PTB) pede que Procuradoria apresente as ações disciplinares abertas nos últimos dez anos

Autor da polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tira o poder de investigação dos promotores de Justiça de São Paulo, o deputado Campos Machado, líder do PTB na Assembleia, protocolou ontem na Mesa da Casa requerimento à Procuradoria-Geral de Justiça para que informe quantos processos disciplinares foram abertos, e por quais motivos, nos últimos 10 anos pela Corregedoria do Ministério Público do Estado.

O parlamentar quer saber quantos promotores, “por suas atitudes”, sofreram ou estão sofrendo processo administrativo.

A iniciativa do petebista é mais um capítulo da crise entre promotores e deputados desde que a Justiça cortou o auxílio-moradia pago pela Assembleia indistintamente – todos os 94 parlamentares recebiam a verba, que foi excluída do contracheque a partir de uma ação civil movida pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social.

No requerimento de informações, Campos Machado pede que seja oficiado à Procuradoria-Geral para que especifique sob quais fundamentos foram ou estão sendo conduzidos os processos disciplinares. Ele quer saber “quantos promotores, naquele período, foram ou estão sendo submetidos à sindicância investigatória pela Corregedoria”.

O líder do PTB pede, ainda, dados relativos ao número de promotores que teriam sido afastados de suas funções ou teriam deixado suas respectivas varas ou comarcas.

Campos Machado alega que “vários deputados” o procuraram nos últimos dias dizendo-se “vítimas de infundadas ameaças contra a Assembleia Legislativa”. Ele se refere a ofícios enviados por promotores a deputados solicitando informações sobre funcionários de seus gabinetes. “Entendi que uma parte, embora pequena, do Ministério Público, pretende usar a mídia para colocar a Assembleia contra a opinião pública”, afirma o petebista.

“Dizem que, enquanto promotores só fazem um concurso para entrar na carreira, ficando nela até os 70 anos de idade, os deputados são submetidos, a cada quatro anos, à consulta do eleitorado para saber se, em razão do seu trabalho e da sua honestidade, podem retornar à Assembleia”, diz Campos Machado.

Exclusividade. A PEC de Campos Machado prevê que as investigações sobre improbidade que envolvam secretários de Estado, prefeitos e deputados fiquem sob responsabilidade exclusiva do procurador-geral de Justiça, chefe do Ministério Público. Ele alega que “promotores cometem abusos” e que sua proposta deve ser chamada de “PEC da dignidade” e não “PEC da impunidade”.

“Lamento, profundamente, que alguns promotores de Justiça estejam tratando a Proposta de Emenda 01, de 2013, à Constituição do Estado, como uma represália pela questão do auxílio-moradia”, diz o deputado. “Aliás, a discussão deste benefício, tanto à Assembleia, como ao Ministério Público, serão tratados em outra oportunidade.”

O corregedor-geral do Ministério Público do Estado, Néelson Gonzaga, informou que nos últimos dois anos foram realizadas 114 correições ordinárias e abertos 28 processos administrativos e 10 sindicâncias.

PARA ENTENDER

A iniciativa do deputado Campos Machado é o terceiro ato da recente briga entre Assembleia Legislativa e o Ministério Público Estadual. No primeiro, os deputados apresentaram uma proposta que limita só ao procurador-geral o poder de investigar deputados em casos de improbidade. No segundo ato, o MP obteve na justiça, a 1º de fevereiro, o fim do auxílio-moradia dos 94 deputados, que custava R\$ 2,5 milhões. Agora, Machado tenta dar o troco investigando os promotores.

O ESTADO DE S. PAULO

MPF aciona Federal de Uberlândia

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está sendo acionada pelo Ministério Público Federal por dano moral coletivo. Estariam sendo prejudicados os pacientes dos hospitais das Clínicas e Odontológico, ambos mantidos pela instituição.

Em vistorias, as Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual detectaram uma série de irregularidades nesses locais – de remédios vencidos à falta de tampas nos vasos sanitários e sabão líquido nos banheiros.

Segundo o MP, a ação surgiu após a universidade ser notificada seguidas vezes, sem tomar nenhuma providência. Na ação, é citado que os hospitais estariam praticando o crime de violação de direitos, sendo pedida a interdição dos dois até que sejam cumpridas todas as exigências listadas pela promotoria.

O MPF pede que a universidade seja condenada ao pagamento de uma multa diária no valor de R\$ 5 mil em caso de descumprimento da decisão.

Agentes das vigilâncias voltaram aos hospitais no ano passado. No HC, foram encontrados remédios vencidos em vários setores, além de instrumentos sujos e falta de produtos básicos para higiene.

No Hospital Odontológico não havia tampas nem material básico de higiene. Produtos de esterilização e medicamentos estavam com a data vencida.

Para o procurador Cléber Eustáquio Neves, as irregularidades apontadas violam os padrões mínimos aceitáveis para uma instituição de saúde.

Em nota, a direção dos dois hospitais informou que “ainda não foi notificada sobre a ação civil pública, ingressada pelo Ministério Público” e, por isso, não se manifestaria.

26 FEV 2013

SANTA MARIA

Defensoria pode acusar Estado e município pela tragédia da Kiss

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul vai mover uma ação civil pública contra os donos da boate Kiss e possivelmente contra o município de Santa Maria e o Estado do Rio Grande do Sul nos próximos dias. A ação vai pedir indenizações para as famílias das vítimas da tragédia que matou 234 pessoas no dia 27 de janeiro e outras cinco em dias posteriores, em hospitais. Os empresários responderiam pelo dano direto aos frequentadores da casa noturna enquanto que o poder público responderia por falhas na emissão de alvarás e fiscalização do local, que também teriam contribuído para o desastre. A equipe que trabalha na elaboração da petição inicial não divulgou detalhes da ação.

PORTO ALEGRE

Morador de rua é espancado até a morte

Um homem foi espancado até a morte na frente do Mercado Público de Porto Alegre ontem de madrugada. As cenas foram gravadas por câmeras de segurança e chocaram até os policiais pela violência. A vítima foi agredida por cinco pessoas, entre elas uma mulher. A polícia prendeu um dos suspeitos. Ele disse que tinha sido assaltado pela vítima e correu atrás dele. Também afirmou desconhecer as outras pessoas que participaram da agressão. Vizinhos dizem que o homem, ainda não identificado, morava na rua.

SÔNIA RACY

Sem pressa

Revisor do mensalão, Ricardo Lewandowski parece não ter se sentido nem um pouco pressionado pelo relator, Joaquim Barbosa – que anunciou ter finalizado sua parte para a publicação do acórdão do caso.

“Vou usar rigorosamente o prazo regimental, de 60 dias”, disse o ministro à coluna.

Escapamento

Argumento central de Kassab à Justiça, no caso Contro-lar: a anulação do contrato de inspeção veicular seria ilegal – o que daria à empresa direito a pedir indenização.

A defesa foi encaminhada à 7ª Vara Criminal de São Paulo – que decidirá sobre a continuidade do processo.

26 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

BOLA NO CHÃO

O Tribunal de Justiça de SP decide hoje se derruba multa milionária que a CBF e a Federação Paulista de Futebol teriam que pagar por causa do escândalo da máfia do apito. As duas entidades foram condenadas em R\$ 220 milhões por danos morais difusos. Em 2005, uma investigação revelou manipulação de resultados envolvendo árbitros dos jogos.

CHÃO 2

Dois dos três desembargadores que analisam o caso decidiram anular as multas. O terceiro vota hoje. Se julgar contra as entidades e convencer ao menos um dos outros dois colegas a mudar de opinião, a condenação será mantida. Caso contrário, elas se livram do pagamento.

CADA UM POR SI

Na defesa, a CBF e a federação alegam que tomaram todos os “cuidados” na escalção dos juizes. “Mas elas não podem responder pela pretensa desonestidade de alguns cidadãos”, diz o advogado Carlos Miguel Aydar.

Fux diz que vai manter sua decisão sobre vetos

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux disse ontem que não vai rever sua posição sobre a obrigatoriedade do Congresso analisar os mais de 3.000 vetos presidenciais em ordem cronológica — o STF julgará o caso amanhã. Ministros ouvidos dizem que a corte deve atender ao pedido da Advocacia-Geral da União para que a votação seja cronológica a partir de uma determinada data.

Arena pode ter obra paralisada depois de ação da Promotoria

DE SÃO PAULO - A 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo determinou a instauração de perícia para definir se as obras da Arena Palestra serão paralisadas, segundo o “Diário Oficial” da Justiça publicou ontem.

A perícia deve esclarecer 20 questionamentos do Ministério Público e tem como prazo 45 dias. O Ministério Público já solicitou a paralisação por duas vezes, mas teve os pedidos negados. A WTorre, construtora, não se manifestou.

Defesa de sócio da Kiss diz que pedirá prisão de seu cliente

Objetivo é que ele seja ouvido no inquérito

A defesa de Elisandro Spohr, um dos donos da boate que pegou fogo há um mês em Santa Maria (RS), disse ontem que pedirá à Justiça a prorrogação da prisão de seu cliente, por mais 30 dias.

Segundo o advogado Jader Marques, o objetivo é evitar que o inquérito seja concluído sem que Spohr, conhecido como Kiko, seja ouvido. “Ele oferece a sua liberdade por mais 30 dias para que ele seja ouvido, exerça o seu direito de defesa.”

Marques diz que Kiko ainda não foi chamado para participar da reconstituição do incêndio nem para acareação com membros do Corpo de Bombeiros, com o engenheiro responsável pela obra de isolamento acústico e com músicos da banda Gurizada Fandangueira — que tocava na boate na madrugada de 27 de janeiro.

O delegado Marcos Vianna diz que é possível que Kiko seja chamado para depor e que não há data para a conclusão do inquérito.

26 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Investigação aponta uso de anestésico nas mortes em UTI

Enfermeira de hospital de Curitiba se entregou
à polícia; outras quatro pessoas estão presas

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

A investigação que resultou na prisão de quatro médicos em Curitiba, suspeitos de provocar a morte de pacientes, trabalha com a hipótese de que as vítimas tenham morrido pelo uso de anestésicos, combinado com a diminuição da quantidade de oxigênio nos respiradores.

Segundo a **Folha** apurou, as denúncias que deram origem ao inquérito, feitas por funcionários e ex-funcionários do Hospital Universitário Evangélico, relatam que médicos injetavam pavulon, um relaxante muscular utilizado para entubar pacientes.

Esse medicamento paralisa os músculos e, quando associado à baixa ventilação dos pulmões, pode provocar parada respiratória.

Os advogados dos profissionais negam as acusações e afirmam que não há provas da materialidade do crime.

O advogado Elias Mattar Assad —que defende a chefe da UTI geral, Virgínia Helena Soares de Souza, e outros dois presos— disse que todos os medicamentos usados no hospital precisam ser prescritos por um médico, controlados pela farmácia do hospital e registrados no prontuário.

Já o diretor técnico do hospital, Luiz Felipe Natel Mendes, afirmou que o pavulon é pouco utilizado atualmente.

Ontem, uma enfermeira cujo mandado de prisão temporária havia sido emitido na sexta-feira se apresentou à polícia. O nome dela não foi revelado. Agora, cinco pessoas estão presas pelo caso.

Assad fez um pedido de assistência à OAB para que entre com medidas contra a delegada do caso, Paula Brisola.

O defensor disse que ela negou acesso à totalidade dos autos. A Polícia Civil nega que isso tenha ocorrido.

26 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Às vidas na UTI

JAIRO MARQUES
As unidades de terapia
intensiva não devem
jamais ser vistas como a
porta de entrada do além

É COMUM ouvir por aqui e por acolá: “Fulano está nas últimas. Foi parar até na UTI, coitado”. É como se o destino de quem precisasse da unidade de emergência máxima de um hospital já estivesse selado e o calcanhar do cidadão já começasse a afundar na cova. Parar ali seria como se apresentar na antessala de São Pedro.

Essa aberrante história da médica do Paraná que, ao que tudo indica, dormia fora da casinha e adotava procedimentos heterodoxos na unidade que chefiava, pelo menos pode servir para chamar mais a atenção para aqueles que precisam, em algum momento, ficar em um local de tratamentos intensivos.

Como ex-hóspede de UTIs por três vezes (após serviços de funilaria na coluna e nas pernas tortas), penso que as unidades não devem jamais ser vistas como o pavilhão da morte, como a porta de entrada do além.

Os locais são, sim, as esferas máximas da ciência e da inteligência humana em prol da vida, em prol da recuperação da carcaça abatida, da mente desgastada, de ajuste após uma pane no sistema de controle de poder acordar e fazer tudo igual ou não.

É na unidade de terapia intensiva que os médicos mais profundamente agarrados aos valores humanos deveriam trabalhar. Para eles, fazer diferenciação no modo de tratar os que ali estão seria impensável, impraticável e impossível.

No sangue desses profissionais só correria garra de fazer mais, os batimentos cardíacos só gritariam “para a frente, para a frente” e suas pressões arteriais, equilibradíssimas, empurrariam para caminhos de esperança, de novas possibilidades.

Na UTI, só deveriam entrar aqueles capacitados para serem incansáveis em acreditar na recuperação dos outros, aqueles mais sensíveis para entender que, para cada um dos internos de sua unidade, há uma família aflita por esperança e por boas-novas.

Quando alguém entra em um serviço de tratamento intensivo, fica do lado de fora um caminhão de dúvidas: quantas vezes vão escovar seus dentes e cuidar dos cabelos? Quem fará os movimentos do seu corpo enquanto a mente estiver descansando? O clima lá dentro é de esperança ou é inosso?

Já ouvi relatos de barbaridades ditas por profissionais que atuam com pessoas que supostamente estavam “para lá de Bagdá”, entubadas, aparelhadas, sedadas ao máximo, mas, em alguns casos, conscientes.

Mais uma vez, aqui, penso que essa área hospitalar teria de, permanentemente, lembrar entre a equipe suas funções, suas missões, suas obrigações médicas, morais e de humanidade.

Ir “parar na UTI” deveria ser entendido como o momento em que tudo será feito para que você tenha uma nova chance de seguir adiante. E quem é bem acolhido em uma situação dessas, quem resgata a existência após uma experiência dessas, tende a ser agraciado com pacotes imensos de esperança a ser distribuída.

Há vidas nas UTIs. Há pessoas agarradas à fé de que a evolução do homem é tão maravilhosa que é capaz de resgatar qualquer um de seu suposto ponto final. Xô aos incrédulos que querem abreviar o caminho de quem brecoou em uma curva, mas que ainda tem muita estrada adiante!

26 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Custas judiciais

A comissão composta por representantes da Assembleia Legislativa e de diversas entidades, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), a Associação Comercial do Paraná (ACP) e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que vem analisando o projeto do Tribunal de Justiça relativo ao reajuste das custas judiciais realizou mais uma reunião ontem. O objetivo foi dar continuidade às discussões.

26 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Dez milhões de eleitores passam este ano pelo recadastramento biométrico

Mais de 300 municípios de 14 estados e do Distrito Federal, incluindo nove capitais, iniciam este ano o recadastramento biométrico de quase 10 milhões de eleitores, que votarão por esse sistema nas eleições de 2014. Além de Brasília, eleitores de oito capitais vão se recadastrar em 2013 pelo sistema biométrico: Boa Vista, Rio Branco, Macapá, Palmas, Teresina, São Luís, João Pessoa e Recife. A primeira experiência do Brasil com o voto pelo sistema biométrico foi nas eleições municipais de 2008. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à época, mais de 40,7 mil eleitores dos municípios de Colorado do Oeste, em Rondônia, Fátima do Sul, em Mato Grosso do Sul, e São João Batista, em Santa Catarina, experimentaram a novidade e, desde então, o recadastramento dos eleitores tem sido feito gradativamente.

26 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Defesa do Evangélico critica ação da polícia

Hospital reclama da forma das prisões e diz que médicos são inocentes

O advogado do Hospital Evangélico, Hélio Gomes Coelho Junior, disse ontem que a ação policial, que já resultou na prisão de quatro médicos e uma enfermeira, se apoiou em denúncias sem fundamento e que a mídia tem feito uma "espetacularização" das notícias. "A atividade da Polícia Civil foi midiática, eles se apoiaram em denúncias equivocadas e acabaram induzidos ao erro. Mas o que nos surpreendeu foi a forma que a ação foi feita, já que a justiça havia determinado sigilo", disse.

Para o diretor técnico do hospital, Luiz Felipe Natel Mendes, a ação policial pegou os gestores do hospital de surpresa, já que o primeiro mandado, da chefe da UTI Virginia Soares de Souza, estava expedido para a residência dela. "Não entendemos a situação, já que como gestores queremos salvaguardar o bom desenvolvimento que o trabalho realiza e apenas ela era a investigada", concluiu.

Outro jurista que participou da entrevista coletiva, Glauco Antônio Pereira, afirmou que o hospital deve entrar com um processo contra a delegada que investiga o caso, em decorrência da divulgação dos dados sigilosos da investigação, que corre sob sigilo de justiça.

26 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Defesa vai para o contra-ataque NO CASO HOSPITAL EVANGÉLICO

Advogado da médica Virgínia Soares de Souza pede acesso total ao inquérito do Nucrisa. Direção do HUE fala em abuso

A suposta quebra do sigilo de justiça que envolve a prisão da médica Virgínia Soares de Souza, suspeita de provocar a morte de pacientes na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba, pode gerar o afastamento da delegada do Núcleo de Repressão de Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, do caso.

A assessoria jurídica do Hospital Evangélico apontou problemas na abordagem do caso, quando a polícia entrou no hospital pela manhã e, na frente de funcionários e pacientes, levou a médica presa na manhã do último dia 19. O advogado Gláucio Pereira disse que o mandado deveria ser cumprido no endereço residencial da médica e que houve uma "espetacularização da polícia e da mídia, o que tornou o caso público".

"Entre outras medidas estamos pedindo à Secretaria de Estado da Segurança a instauração de processos internos sobre violações de sigilo de justiça, além de apresentação

Para a OAB, houve desobediência da delegada do Nucrisa, que ainda não entregou as provas para a defesa

contra a delegada junto ao juiz da Vara Criminal", disse. Ele lembrou que entre os seis prontuários de pacientes atendidos entre os dias 24 e 28 de janeiro deste ano continua o de um paciente que está vivo. "Felizmente é uma pessoa que se recuperou e está viva", afirmou

O diretor do hospital, Luiz Felipe Mendes revelou também que a UTI está desativada desde o sábado. "Estamos contratando pessoal para que ela retome as atividades nesta semana. Os profissionais (47) foram realocados para outros setores".

Além dessa ameaça do hospital, Paula corre o risco de sanções por parte da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR). Segundo a defesa da médica, por não seguir ordem judicial e entregar a cópia integral, com prontuários, áudios e vídeos do processo desde a semana passada.

A defesa da médica Virgínia Soares de Souza pediu, formalmente, ajuda da OAB no Estado. Segundo o advogado criminalista Elias Mattar Assad, desde que a sua cliente foi presa ele requereu os documentos sobre o inquérito contra Virgínia, mas até agora só teria recebido cópias incompletas. Ainda conforme Assad, foram criados "obstáculos ao livre exercício da advocacia (sonegação de provas e hostilização pública do advogado de defesa)".

O presidente da Comissão de Defesa de Prerrogativa da OAB-PR, Edward Carvalho, disse que houve abuso de autoridade. "Houve uma desobediência por parte da delegada, pois o juiz deu autorização para que a defesa tivesse acesso a toda documentação, o que foi descumprido", disse. Por causa disso, a delegada pode ser levada à Corregedoria da Polícia Civil. A assessoria da polícia, porém, negou que houvesse algum tipo de desrespeito judicial no desenrolar do processo e alegou que as regras estão sendo respeitadas.

CONTINUA

26 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Apresentação — Ontem, uma enfermeira — que não teve o nome divulgado — que trabalhava com Virgínia na UTI do Hospital Evangélico, se apresentou na sede da Nucrisa acompanhada do advogado Jeferson Heder dos Reis. Ela foi levada para o Centro

de Triagem, na capital paranaense, depois de três horas de depoimentos. Com a prisão da enfermeira, sobe para cinco o número de detidos desde o dia 19, quando Virgínia foi presa. Na tarde de sábado foram detidos Anderson de Freitas, Edson Anselmo e Maria Israela Bocato.

Enquanto isso, o Nucrisa continua recebendo diversas testemunhas, a maioria parentes de pacientes que teriam morrido na UTI chefiada pela médica Virgínia. A delegada Paula Brisola disse, ontem, que a quantidade de depoimentos já seriam suficientes para o inquérito. O secretário de Segurança Pública, Cid Vasquez, também defendeu a investigação e o segredo de Justiça.

Manifestação — No domingo, cerca de 500 pessoas, entre funcionários, parentes, médicos e amigos do Hospital Evangélico participaram de um abraço simbólico em defesa da instituição. Apesar das investigações, o HUE lembra que o hospital funciona normalmente. Apenas a UTI onde trabalhava Virgínia está fechada, mas deve ser reaberta com nova equipe amanhã.

26 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

CURSO PREPARATÓRIO

Escola de Magistrados abre novas turmas

A Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR) está com inscrições abertas para o curso preparatório 2013. Ministrado por especialistas e magistrados, o curso prepara os candidatos para concursos das carreiras da Magistratura do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. As aulas terão início em 11 de março e seguem até novembro, das 19h15 às 22h15, de segunda a quarta-feira.

As aulas acontecem na Ematra. Informações no site www.ematra9.org.br ou pelo fone (41) 3232-3024.

O curso de Direito oferece uma boa visão geral acerca do universo jurídico, o que abre um leque de opções para os bacharéis nessa área que buscam carreira pública. “No caso do concurso para Magistratura do Trabalho, o nível de exigência na primeira fase é muito maior em razão da concorrência. Entretanto, nas provas seguintes o candidato disputa a vaga com ele mesmo. Leva vantagem quem estudou simultaneamente e especificamente para todas as fases desse tipo de concurso”, esclarece o juiz.

26 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministério da Justiça quer "exército" para garantir acesso à Justiça

O governo federal está preocupado com o acesso dos brasileiros à Justiça. No segundo semestre deste ano, com previsão para agosto, o Ministério da Justiça pretende lançar dois novos serviços para ajudar a mapear e resolver o problema: um índice e um atlas de acesso à Justiça. Ainda não há nomes definidos.

As ideias foram apresentadas nesta sexta-feira (22/2), em São Paulo, pelo secretário da Reforma do Judiciário, do MJ, Flávio Crocce Caetano, durante audiência pública organizada pelo Ministério Público Federal para debater a advocacia pro bono no país. O índice de acesso à Justiça, segundo Caetano, será um ranking de como está o acesso da população à Justiça nos estados e nas capitais. Depois, o plano é expandir para as principais cidades.

Já o atlas, mais ambicioso, é mostrar, nos 27 estados, quais são os serviços jurídicos que estão a serviço dos moradores de cada região. Será um grande levantamento que envolverá Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, governos e prefeituras.

Flávio Caetano foi convocado à audiência pública para falar sobre a visão geral do Judiciário brasileiro, já que é sua secretaria a responsável por observar todos os aspectos do Judiciário ao mesmo tempo. O secretário elencou três principais problemas para o Judiciário nacional.

O primeiro é a morosidade — hoje, um processo dura até dez anos para ser concluído. O segundo é a litigiosidade. O CNJ aponta que são 90 milhões de processos em tramitação no Brasil. A conta é que seja um processo para cada

dois brasileiros, mas isso não se reflete na prática. Caetano afirma que mais de 50% das ações judiciais em trâmite foram ajuizadas pelos governos federal, estaduais e municipais. Outros 38% dos casos são de empresas do sistema financeiro. Os 12% restantes se dividem entre todos os demais setores do país.

O terceiro problema é o mais grave, e onde se encaixam os novos projetos do MJ: a falta de acesso à Justiça. "É um grande paradoxo, já que somos dos países mais litigantes do mundo, mas as pessoas não conseguem chegar à Justiça", analisa. Ele conta que a intenção é construir um "exército" para dar conta do problema.

Segundo os números levados pelo secretário ao debate, o Brasil hoje tem 750 mil advogados em exercício. As mais de mil faculdades de Direito do país são responsáveis por 720 mil estudantes. "É um verdadeiro exército que pode ser usado para melhorar o país, e a advocacia pro bono é parte essencial disso. A Defensoria Pública vai participar, inclusive porque é quem a Constituição determina que coordene o antedimento jurídico aos hipossuficientes, mas todos devemos unir esforços e participar."

Estudo da Fundação Getúlio Vargas divulgado pelo Instituto Pro Bono, entidade que defende a advocacia voluntária no Brasil, corrobora a fala de Flávio Caetano.

26 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mais nove ações populares contra o Carf caem na Justiça

A falta de interesse processual e de argumentos que justifiquem a lesão ao patrimônio público foram os principais argumentos usados pela Justiça Federal do Distrito Federal nas nove sentenças favoráveis ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) dadas na última semana em ações populares ajuizadas contra decisões favoráveis a contribuintes. Somando todas as decisões, o Carf acumula 21 vitórias.

Ajuizadas por um ex-procurador da Fazenda Nacional, as 59 ações questionam decisões do Conselho — órgão paritário formado por membros oriundos do fisco federal e da sociedade civil — favoráveis aos contribuintes, alegando que lesam o erário. O ex-procurador também coloca os conselheiros no polo passivo dos processos. O assédio preocupa os tributaristas que julgam no Carf, que já buscaram apoio de entidades da advocacia e suspenderam algumas sessões.

Alguns deles, acompanhados pelo presidente do Conselho, Otacílio Cartaxo, têm despacho com juízes sobre a situação. A Advocacia-Geral da União assumiu a defesa do órgão e de seus membros em juízo. Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que faz parte da AGU, emitiu pareceres favoráveis às ações.